

Mesa-Redonda

Viagens filosóficas ao sertão mineiro: os desafios práticos ao saber livresco dos naturalistas luso-brasileiros e estrangeiros na virada dos setecentos para os oitocentos

Ricardo Ferreira Ribeiro

Universidade Federal de Ouro Preto

Variados campos do conhecimento, frente aos desastrosos impactos da ação humana sobre o planeta, foram desafiados, na segunda metade do século XX, a debater a nossa relação com o mundo natural. A História Ambiental, também chamada de História Ecológica ou História das Paisagens, é uma subdisciplina dentro da História, surgida nesse contexto da discussão da “questão ambiental”. Esta subdisciplina impunha como um dos seus desafios a necessidade das diversas ciências buscarem superar o seu confortável “ilhamento” disciplinar, construindo pontes na forma de novas ferramentas de investigação, novos conceitos, etc e sujeitando-as ao ameaçador convívio com o diferente.

As reflexões sobre as relações entre a natureza e a sociedade humana não são uma exclusividade do pensamento contemporâneo, estando presentes em diversos momentos históricos. No entanto, na historiografia de boa parte do século XX, o mundo natural, muitas vezes, apareceu como um pano de fundo estático e perene, sem nenhuma importância, para centro da ação.

ocupada apenas pelas relações sociais. Talvez, em parte, a adoção desta segmentação entre o social e o natural possa ser vista como uma reação às tentativas realizadas, no século passado e início deste, de explicar a sociedade e a cultura através de elementos do mundo natural. Os determinismos geográfico e racial e o “darwinismo social” importaram conceitos e submeteram as ciências sociais à biologia, servindo às causas do imperialismo e do nazismo, como justificação científica a algumas das ações mais bárbaras da história contemporânea.

No Brasil, o sertão tornou-se o espaço geográfico e social privilegiado desta interpretação e, certamente, nenhuma outra região ou sociedade foi mais fortemente analisada, entre nós, sob a ótica da sua determinação pela natureza. Essa abordagem tem sua expressão mais consagrada em *Os sertões*, de Euclides da Cunha, mas, cerca de cem anos antes dele e de outros que adotaram a mesma linha de análise, naturalistas e cronistas luso-brasileiros e estrangeiros antecipavam o mesmo tipo de enfoque ao se debruçarem sobre aquela região.

É verdade que Sertão é uma palavra plural, pois se refere a uma diversidade desse mundo interior do nosso país e o presente trabalho se remete a uma delas: o sertão mineiro. Nesse sentido, a contribuição de naturalistas e cronistas sobre essa região está no fato de serem os primeiros letrados a percorrerem a região e registrarem, entre o final do século XVIII e o início do seguinte, um conjunto sistemático de informações não só sobre a sua paisagem natural e suas muitas riquezas, mas também por descreverem, minuciosamente, o seu cotidiano. Assim, construíram uma imagem perene da natureza e da gente sertanejas, que influenciou não apenas o pensamento da passagem dos oitocentos para o século passado, mas que marca, até os dias de hoje, as nossas percepções das entranhas do Brasil.

Naturalistas, cronistas e suas viagens filosóficas

Lilia Schwarcz aponta que “David Knight denomina ‘século da ciência’ o período que vai de 1789 a 1914 (...)” (Schwarcz, 1995: 29). Essa afirmação de caráter geral também pode ser constatada para Portugal, com os seus desdobramentos para o Brasil e para as Minas Gerais. Nessa direção, a Reforma da Universidade de Coimbra, promovida pelo Marquês de Pombal, em 1772, constituiu-se em um marco histórico, onde se destaca a criação das faculdades de Matemática e de Filosofia Natural, para qual foi nomeado Domingos Vandelli (1735-1816), da Universidade de Pádua, como lente para as cátedras de Química e História Natural (Zoologia, Botânica e Mineralogia).

Vandelli naturalista destaca, em obra específica sobre o tema, a importância da realização de viagens científicas, ou “filosóficas” para investigar as possibilidades de exploração de riquezas naturais no Império

Colonial Português. A mais famosa dessas jornadas foi aquela empreendida pelo baiano Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), aluno de Vandelli, chefe da primeira expedição científica a explorar o interior da Amazônia entre 1786 e 1792. No entanto, as suas influências também se deram entre alguns mineiros, incluídos entre os 1752 brasileiros matriculados em Coimbra durante o século XVIII.

À medida que ocupavam cargos públicos diversos, alguns naturalistas e cronistas viveram ou realizaram viagens ao Sertão Mineiro e aí investigaram suas riquezas naturais: Joaquim Veloso de Miranda (1750-1817), José Vieira Couto (1752-1827), José Joaquim da Rocha (1740-1804), Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (1758-1812), Caetano José Cardoso, Luis José Godoes Torres, José Eloy Otoni (1764-1851), entre outros. Seja a sua correspondência oficial ou as suas "memórias", "descrições" e outros escritos estão recheados de informações sobre a capitania, seus limites territoriais, clima, relevo, hidrografia, recursos minerais, vegetais e animais, população, economia, administração pública e outros tantos aspectos de suas várias regiões. Sua obra também incluía a divulgação de experiências práticas com a aclimação de alguma espécie útil ou o emprego concreto de algum recurso natural importante, constituindo, dessa maneira, objeto de interesse da Coroa e de seus representantes na Colônia, a quem, em geral, se destinava.

De forma diferente, os naturalistas e viajantes estrangeiros que estiveram no sertão de minas, na primeira metade do século XIX, escreviam relatos de suas viagens para seus compatriotas, ávidos por notícias de terras exóticas; ou publicavam estudos científicos destinados a garantir seu renome entre os colegas europeus. Muitos ingleses, franceses, alemães, austríacos, russos e mesmo norte americanos, só tiveram sua entrada no Brasil permitida depois da vinda da Família Real e da abertura dos portos às nações amigas, recebendo para suas viagens e estudos o apoio desta, ou dos governos e firmas comerciais de seus países de origem, interessados nos possíveis resultados científicos e econômicos de suas descobertas. Entre os que deixaram importantes contribuições sobre aquela região, merecem destaque: John Mawe (1764-1829), Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), Georg Wilhelm Freyreys (1789-1825), Auguste Prouvençal de Saint-Hilaire (1779-1853), Jean Ferdinand Denis (1798-1890), Johann Emanuel Pohl (1782-1834), Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), Johann Baptist von Spix (1781-1826), Alcide Dessalines D'Orbigny (1802-1875), George Gardner (1812-1849), Francis de la Porte Castelnau (1812-1880) e Hermann Burmeister (1807-1892).

Embora, em geral, escrevendo em sua língua pátria, suas obras são muito mais populares entre nós, possuindo, às vezes, mais de uma edição;

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Viagens filosóficas ao sertão mineiro. *Anais do XIII Encontro Regional de História*, Belo Horizonte: ANPUH-MG: 139-154, 2002.

enquanto, a dos luso-brasileiros permanece, em sua grande maioria, pouco conhecida. Alguns de seus escritos continuam completamente inéditos, exigindo um trabalho de resgate e divulgação urgente, que vem sendo implementado com brilhantismo pelo Centro de Estudo Históricas e Culturais da Fundação João Pinheiro, atualizando o esforço primeiro da Revista do Arquivo Público Mineiro, que igualmente também publicaram várias obras importantes de viajantes e naturalistas estrangeiros sobre as Minas Gerais.

O saber livresco e o conhecimento popular

Na virada dos setecentos para os oitocentos, a ciência e a prática científica na Europa ainda viviam seus anos de adolescência, procurando se firmar sobre outras formas de conhecimento humano, no revolucionário rastro das transformações promovidas pela burguesia. Os seus pálidos reflexos que alcançavam a América Portuguesa eram representados por alguns poucos homens de ciência, possuidores de conhecimentos gerais, em grande parte, assentados mais em variadas leituras do que na investigação metódica do mundo que os acercava. No entanto, a expectativa da Coroa e das autoridades coloniais é que eles pudessem ser capazes de dar respostas concretas para a crise da mineração, seja melhorando os métodos de fazer parir fabulosas riquezas geradas no útero da terra brasileira; seja revelando, como Midas, novos tesouros, ainda desconhecidos.

A falta de homens de ciência impunha a improvisação e o aproveitamento do que se pudesse contar na Colônia, dividindo muitos dos naturalistas luso-brasileiros suas funções na burocracia da capitania com novas tarefas de estudos de riquezas e remessa de amostras de diferentes produtos para a metrópole. Um exemplo dessa dupla condição pode ser observado na biografia de Caetano José Cardoso, cirurgião-mór agregado ao Regimento de Linha, conhecido por ter atestado a duvidosa versão oficial do suicídio de Cláudio Manoel da Costa, que também foi encarregado fazer estudos mineralógicos e de *varias plantas e seus productos medicinaes, indigenas da Capitania de Minas Geraes* (Cardoso, 1902). O engenheiro de minas alemão, Eschwege foi arrasador na avaliação da sua aptidão para tais estudos: "Este homem, somente porque possuía alguns livros sobre Química e Mineralogia, foi logo considerado apto para dirigir pesquisas naturais" (Eschwege, 1979: 163).

Não se trata, no entanto, apenas da rivalidade entre naturalistas luso-brasileiros e estrangeiros, pois José Bonifácio de Andrada e Silva não foi menos ferino ao avaliar os constantes erros de identificação de amostras minerais cometidos por José Vieira Couto. Esse médico do Real Hospital da Extração de Diamantes do Tejuco, que também estudou matemática e

formou-se em filosofia pela Universidade de Coimbra, tornou-se naturalista improvisado. O nosso “Patriarca da Independência”, formado na mesma universidade, em carta ao visconde de Anadia, observava que: “Joze Vieira Couto não he Mineralogista, nem Docimasta; mas he hum Moço trabalhador”, concluindo em sua avaliação: “Parece-me pois conveniente que V.Ex.^a lhe ordene haja de limitar-se à busca e remessa dos Mineræes” (AHU Cx. 182 Doc. 53). O próprio José Vieira Couto reconhece que cometia erros de identificação dos metais recolhidos por ele: “dando por ferro na minha primeira Memória de 1799, todas as minas que não eram outra coisa mais senão minas de cobre” (Couto, 1905: 67).

Se entre os naturalistas luso-brasileiros a improvisação se constituía em uma característica marcante; entre os estrangeiros, a ciência não se definia pela especialização observada mais recentemente. Além de relatos de viagens, publicaram estudos nas áreas mais diversas: Eschwege escreveu dezenas de trabalhos em mineralogia, etnografia, demografia, engenharia florestal, cartografia, etc; enquanto Martius nos legou obras tanto de botânica, como de etnografia, historiografia brasileira, direito, medicina, etc.

A História Natural daquele período estava influenciada pelos trabalhos do naturalista sueco Karl von Linné - Lineu (1707-1778), famoso por haver desenvolvido a nomenclatura binária para classificação de plantas e animais na sua obra *Systema Naturae*. A descrição e a classificação de espécies vegetais e animais, bem como, a identificação de formações minerais, constituíram, sem dúvida, uma das principais preocupações dos naturalistas que então percorriam o sertão mineiro. Trata-se, assim, de uma ciência que buscava desvendar o mundo pela sua catalogação, na perspectiva de que ordenar o caos natural seria o primeiro passo para a sua apropriação. Nesse esforço, interessava a cada naturalista associar, para a posteridade, seu nome à descoberta de uma espécie nova e de realizar homenagens a colegas e mecenas. O zoólogo alemão Freireyss, em visita ao Alto São Francisco, revela como esse tipo de interesse motivava os cientistas europeus a enfrentar a aridez de uma aventura por aquela região: “A demora aqui não era agradável, mas compensadora para as minhas coleções. Até agora tinha atravessado uma região onde, antes de mim nenhum naturalista tinha pisado, e que todos os dias fornecia-me objetos ainda não descritos” (Freireyss, 1982: 72).

As autoridades coloniais e outros financiadores dos trabalhos dos naturalistas esperavam, no entanto, resultados mais práticos dos seus estudos. Vandelli, que mantinha contatos frequentes com Lineu e que tanto influenciou a formação de naturalistas em Coimbra, já em 1788, ponderava que:

O saber pois somente o nome das plantas não he ser Botânico, o verdadeiro Botânico deve saber além disto a parte mais difficultosa, e interessante, que he conhecer as suas propriedades, usos medicinais; saber a sua vegetação, modo de multiplicar as mais uteis, os terrenos mais convenientes para isso, e o modo de os fertilizar (Vandelli *apud* Prestes, 2000: 76).

Para bem servir aos Estados que os remetiam ao além mar, os naturalistas luso-brasileiros e estrangeiros deviam realizar uma matemática muito concreta: despender poucos recursos e realizar tarefas objetivas e de indiscutível utilidade para a riqueza das nações. Eschwege resumiu, desta forma, a missão que lhe foi atribuída pelo Governo Português: "(...) fui enviado a Minas em 1811, desprovido de todo auxílio que me permitisse trabalhar eficazmente. Eu devia, por meio de conselhos, fazer reviver nos mineiros o espírito da mineração" (Eschwege, 1979: 42).

O que os estudos dos naturalistas revelavam nem sempre ia ao encontro das expectativas das autoridades e do povo da capitania, pois a ciência sempre se firmou degladiando contra o que considerava como crendices e superstições tacanhas, como relata José Vieira Couto:

Corre a fama todavia, e é tradição constante n'esta Capitania de muitos annos, que n'estas serras visinhas ás fontes do Abaité existem trez montes de ouro (...) vivem todos enthusiamados com estas esperanças; conservam estes roteiros, e sabem-nos de cór; são suas conversas de dia, e seus sonhos de noite. (...) Cabe agora como a proposito o desenganar os povos. Jámais se achará ouro e alguma serra ou monte, que seus rios ou regatos visinhos o não denunciem muito longe (Couto, 1905: 140).

Se era parte do trabalho dos naturalistas criticar os conhecimentos dos moradores da capitania acerca da arte de minerar, constituídos a partir da experiência de algumas gerações nessa atividade; também era baseado nessa que eles avaliavam as novidades trazidas pelos homens de ciência.

O mineiro brasileiro, que só pude conhecer bem depois de bastante trabalho, ajuíza em geral da utilidade de um trabalho ou de uma máquina, não pelo que ele ou ela pode realizar, mas

só pelo que é capaz de produzir, sem levar em consideração as circunstâncias que constituem óbice ao fim colimado (Eschwege, 1979: 43).

Não se tratava de um desinteresse ou menosprezo pelas propostas da ciência com vistas a solucionar os problemas vividos pela mineração, mas da exigência de resultados palpáveis. No entanto, não se pode negar uma certa satisfação em contatar que o saber dos livros não se mostrava mais eficiente que os anos de experiência concreta acumulada no desentranhar da terra as riquezas:

Com efeito, todos que iam a Vila Rica perguntavam se o Barão (sob esse nome era eu geralmente conhecido) extraíra muito ouro, e, como a resposta era sempre negativa (era o caso real, pois os serviços davam apenas para o custeio) entendiam que nem valia a pena ver o novo sistema de lavagem introduzido no Brasil (Eschwege, 1979: 44).

Nesse embate sobre as duas formas de conhecimento, Eschwege confessa seu fracasso em tentar cumprir sua missão, que para ele seria como jogar um pouco de luz nas trevas: “As lições simples e os esclarecimentos que dei aos mineiros não tiveram nenhum resultado” (Eschwege, 1979: 43).

Naturalistas e cronistas luso-brasileiros e estrangeiros foram severos críticos dos métodos de mineração empregados ao longo de todo o século XVIII. Joaquim Veloso de Miranda, José Vieira Couto, José Eloy Ottoni, Mawe, Eschwege, Saint-Hilaire, Pohl e vários outros apontaram como uma das principais causas da decadência desta atividade a “pobre técnica mineira e a completa ignorância dos mineiros no que se refere aos conhecimentos geológicos” (Eschwege, 1979: 151). O fato de terem se dedicado a extrair ouro ou os diamantes o mais rápido possível, explorando as riquezas mais facilmente encontradas na superfície, era como se tivessem matado, ou melhor, enterrado a sua “galinha dos ovos de ouro”. Desta forma, apontavam que “os primeiros habitantes legaram a seus sucessores a parte de mais difícil extração” (Saint-Hilaire, 1975a: 89).

Era nessa tarefa que residia a grande contribuição dos homens de ciência, pois a apostavam que a atividade não estava inviabilizada e alguns acreditavam mesmo que “a mineração do ouro (...) ainda pode ser levada a um auge de grandeza, onde nunca esteve” (Couto, 1994: 61). Para tanto,

tornava-se necessário aprofundar as explorações até então restritas aos trabalhos a talho aberto: “esses mesmos montes que dizem estar esgotados e lavrados não se pode dizer senão que estão arranhados nas suas superfícies e que as veias dos metais se acham pela maior parte ainda intactas no seu centro” (Couto, 1994: 61/62). Essa perspectiva conhecimentos geológicos, que só os homens de ciência possuíam, pois, como observa Joaquim Veloso de Miranda, “falta tambem o meyo de se poder fazer hum calculo sobre húa mina achada, e segurarem os Min.^{os}, q.^{to} he possivel os seus interesses, antes de fazerem grd.^{es}, mas inuteis; ou melhor diria prejudiciaes serviços” (AHU Cx. 145 Doc. 02).

Para melhorar os conhecimentos sobre métodos científicos de mineração, entre os moradores da capitania, Mawe sugere que: “Dever-se-iam comprar livros de ciências e empregar todos os meios possíveis para propagar a instruções entre seus habitantes” (Mawe, 1944: 262). José Vieira Couto aponta as dificuldades para a adoção de novas técnicas entre uma população com pouca escolaridade e distante de uma formação científica: “Quem não vê que todas estas cousas dependendo de principios e profundos conhecimentos da hydraulica e da mechanica, serão tão mançamente praticadas por homens, que apenas sabem ler, e quando ainda o sabem?” É nesse sentido que considerava necessário o socorro dos homens de ciência, capazes “de guiarem aos outros” (Couto, 1905: 148).

Os novos conhecimentos se traduziam na introdução de novas técnicas, modernizando a mineração ainda baseada, sobretudo, no trabalho escravo, considerado de alto custo frente as dificuldades da atividade. Assinalavam a necessidade de mecanizar várias de suas tarefas, pois segundo Joaquim Veloso de Miranda, os mineiros “não conhecem outras maquinas mais do q’ a roda de tirar agoa”. Este também assinala que “perde-se m.^{to} ouro fino, porq’ se não faz uzo de azougue (exceto em húa, ou outra parte) como ensina a Chimica, e praticão os Mineiros das outras Naçoens” (AHU Cx 145 Doc 02). Para a aquisição de novas técnicas e máquinas recomendam a constituição de sociedades para a mineração do ouro, seguindo o modelo de formação de empresas capitalistas européias.

A crítica dos naturalistas às técnicas empregadas na Capitania de Minas Gerais não se restringe à mineração, mas também se estende, com igual vigor, à agricultura. Saint-Hilaire defende uma “reforma do sistema da agricultura empregado”, visando diminuir os impactos ambientais dessa atividade: “Adotem os mineiros o uso do arado e dos fertilizantes, e não mais terão necessidade de destruir suas matas (...)” (Saint-Hilaire, 1975a:

92). José Vieira Couto aponta a abundância de recursos naturais como uma das causas dessa imprevidência:

Parece que já é tempo de se atentar nestas preciosas matas, nestas amenas selvas que o cultivador do Brasil, com o machado em uma mão e com o tição na outra, ameaça-as de um total incêndio e desolação. Uma agricultura bárbara e, ao mesmo tempo, muito mais dispendiosa tem sido a causa deste geral abrasamento. O agricultor olha ao redor de si para duas ou mais léguas de matas como para um nada e, ainda a não as têm bem reduzida a cinzas, já estende ao longe a vista para levar a destruição a outras partes; não conserva apego nem amor ao território que cultiva, pois conhece muito bem que ele talvez não chegará a seus filhos (...) (Couto, 1994: 77).

Saint-Hilaire responsabiliza esse método de lavrar a terra pela contínua interiorização dos mineiros pelos sertões, não se fixando nas áreas já cultivadas e se afastando dessa maneira física e espiritualmente da sua origem européia, aproximando o seu modo de vida ao dos índios e das feras que habitavam aquelas brenhas. Condena, nesse sentido, a isenção de impostos por dez anos, dada àqueles que se transferem para as regiões de fronteira: “Em vez de recompensar a homens que destroem florestas, que se conceda o mesmo prêmio aos que lavrarem as terras cobertas de capim gordura, e ver-se-á, ousou dizê-lo, uma feliz revolução dentro em pouco na Província de Minas Gerais” (Saint-Hilaire, 1975a: 93).

A agricultura se constituía então como uma alternativa econômica para muitos mineiros que já não conseguiam extrair do subsolo as mesmas riquezas que seus pais e avós. Joaquim Veloso de Miranda assinala que a mineração sofria com a “carestia de escravos, ferro, aço, pólvora e sal”, o que contribuía para escolherem a agricultura, embora sabedores dos menores lucros que proporcionava:

Este aumento de preço nos generos da primr.^a necessid.^e tem desanimado a m^{tos} Mineiros, obrigado a lançar maon de meynos mais faceis p.^a promoverem os seus interesses; quaes são os da Agricultura. Neste genero de trabalho achão mais segurança, ainda que pouco interesse; poupão mais do quadruplo de ferro, e aço; não dispendem pólvora algúa; os escravos ainda que

velhos, dão serviço consideravel; o q' não acontece nas Minas (...). (AHU Cx. 145 Doc. 02).

Seguindo a mais autêntica cartilha fisiocrata, José Eloy Ottoni lamenta os prejuízos que a mineração havia causado ao desenvolvimento da atividade agrícola: "Donde se deve concluir, que infelizme.^e para o nosso Portugal se descobrião as Minas pois nos fizerão desprezar as verdadeiras riquezas da Agricultura p.^a corrermos cançados apóz hum fantasma de riquezas imaginarias" (Ottoni, 1908: 310/311).

Tesouros dessa gente sertaneja

Ao Conviver de perto com diferentes segmentos sociais da capitania, seja pela sua origem, ou pelos longos períodos de permanência ou de viagem, os naturalistas e cronistas não se tornavam apenas críticos das práticas e crenças dessa população. Esse cotidiano de proximidade também despertou o seu interesse por vários conhecimentos populares acerca dos recursos naturais da Minas Gerais e das suas possibilidades econômicas.

Havia, no final do século XVIII e no início do seguinte, um grande interesse por plantas medicinais e por certas drogas providas das colônias, entre as quais merece destaque a "quina do Peru", até então, sob o monopólio de comerciantes da América Espanhola. "Vandelli formulara a hipótese de que a planta existia no Brasil, porque o país margeava regiões onde os espanhóis a colhiam" (Dean, 1996: 148), iniciando o que o historiador Warren Dean (1996) chamou de a "corrida pelo quinino". Graças a esse interesse pelas plantas úteis à medicina e ao comércio, o governador da capitania de Minas Gerais recebia, em 1813, a determinação de que "ouça o físico-mor sobre as qualidades e quantidade dos produtos medicinais indígenas de Minas Gerais e exija dele uma relação circunstanciada dos mesmos, informando quais os preços de tais produtos" (Veiga, 1998: 715). Luís José Godoy Torres, físico das tropas da capitania, elaborou uma lista com 25 plantas medicinais, com suas respectivas descrições e usos, acompanhada dos *Preceitos, que se devem guardar na colheita das plantas medicinaes, que se houverem de tirar nesta capitania* (Torres, 1902: 735/745). O cirurgião-mor agregado ao Regimento de Linha, Caetano José Cardoso, também incumbido da mesma tarefa, apresentou uma lista de 40 plantas medicinais. Segundo ele: "*exceptuando a Ipecacuanha, Contrainerva, e Quina, não correm em commercio, nem dellas se faz uso nas Boticas*", pois eram desconhecidas

não só dos farmacêuticos, como “dos Naturalistas Botânicos, que S. Magestade e Alteza Real tem mandado às Minas” (Cardoso, 1902: 751). No entanto, ele recomenda os caminhos dos sertões a quem quiser conhecê-los:

Todas essas plantas, ou seus productos podem ser adquiridos com muita facilidade, e economia, encarregando aos Commandantes dos destacamentos do Indayá, Abaeté, Piracatu, e aos das Divisões do Rio Doce, para mandarem fazer sua colheita, por serem muito conhecidas em todas estas partes; assim como também mandarem outras muitas, que os Sertanejos têm descoberto, e se tem acreditado por suas virtudes(...).(Cardoso, 1902: 750/751).

Saint-Hilaire recorria exatamente a essa fonte em suas pesquisas botânicas: “em toda a parte em que eu parava, tinha sempre o cuidado de perguntar quais eram as plantas mais usadas na região” (Saint-Hilaire, 1975b: 93). Era exatamente nas localidades de mais difícil acesso à medicina oficial, que esses recursos eram explorados e onde o conhecimento popular se mostrava mais vivo, como observa D’Orbigny: “em uma região onde não há médico, quase todos os homens idosos são botânicos e naturalistas. Os velhos mostram-se, pois, muito úteis para indicar ao viajante as plantas medicinais” (D’Orbigny, 1976: 117). Nos sertões, “não existe colono que não possua ao alcance seus medicamentos. Algumas plantas medicinais foram indicadas aos portugueses pelos índios que, sem dúvida, as conheciam havia muito tempo (...)” (Saint-Hilaire, 1975a: 228). Ferdinand Denis temia que tais virtudes medicinais fossem “exageradas” e aponta ser necessário que “botânicos instruídos fôssem incumbidos de ir não só observar os vegetais assinalados à pública utilidade, mas reconhecer a sua ação como medicamentos. É este o único meio de obter cabal conhecimento das plantas medicinais do Brasil (...)” (Denis, 1955: 322). Assim, o conhecimento popular, como até hoje é considerado, só seria merecedor de crédito se validado pelos homens de ciência. Esses, no entanto, construíam seus estudos sobre o uso dos recursos naturais se apropriando do conhecimento dos sertanejos, remetendo para o Velho Mundo as informações aqui obtidas, muitas vezes, acompanhadas de amostras que iam colhendo em suas investigações. Entre 1786 e 1807, governo de Minas Gerais enviou 78 caixas e caixotes com produtos de História Natural para Portugal, colhidos por naturalistas luso-brasileiros. Os estrangeiros foram ainda mais profícuos em

suas remessas para vários museus da Europa: Saint-Hilaire embarcou 30.000 espécimes, de mais de 7.000 espécies, das quais aproximadamente 4.500 eram desconhecidas dos cientistas.

O interesse destes pesquisadores não se resumia à nossa flora e fauna, mas também muitos produtos minerais foram enviados para aquele continente. Joaquim Veloso de Miranda, José Vieira Couto, o Barão Eschwege, entre outros destacaram as potencialidades de novas alternativas minerais, como ferro, salitre, chumbo, etc. cuja exploração já era realizada em Minas Gerais, mesmo que clandestinamente. O primeiro teve sua produção artesanal introduzida em Minas Gerais pelos escravos africanos durante o século XVIII e “muitos lavradores e ferreiros passaram a produzir ferro só em quantidade suficiente para as suas necessidades, não só porque, antes da chegada da Família Real, era proibido fabricar ferro industrialmente, como também porque se desconhecia o processo de produzi-lo em grande escala” (Eschwege, 1979: 203). De forma semelhante, a “fabricação do salitre e da pólvora, até então, limitava-se ao absolutamente necessário para os caçadores dos sertões, nada sobrando para a exportação” (Eschwege, 1979: 189), embora a produção de pólvora também fosse proibida.

Naturalistas e viajantes no sertão mineiro

Investigando as potencialidades desses diferentes recursos naturais, naturalistas e viajantes luso-brasileiros e estrangeiros empreendiam longas jornadas, durante meses e até anos; por caminhos ásperos e pouco trafegados; enfrentando as intempéries do clima e da natureza adversa; alojando-se em abrigos improvisados ou a céu aberto; submetendo-se a doenças, acidentes e ameaças de roubos e encontrando dificuldades de obter os recursos necessários às suas empreitadas, incluindo desde auxiliares até alimentos. Aos moradores do Sertão Mineiro, aquela presença despertava uma “índiscreta curiosidade”, ao ver pessoas de hábitos tão distintos, como relata Castelnau: “desatavam em riso ao nos ver, apontando-nos com o dedo, exactamente como fazem também os campônios dos arredores de Paris, quando vêem os macacos no Jardin-des-Plantes” (Castelnau, 1949: 193). Também os surpreendia o objetivo de tão longas e arriscadas viagens:

Sem Dúvida Os Vaqueiros Têm Tido Tempo De Se Familiarizar,
Pela Vista Ao Menos. Com Os Estrangeiros,

Levados Pelo Amor Da Ciência A Seus Desertos; Porém Nada Poderia Explicar A Surpresa, Que Lhes Causaram Os Primeiros Sábios, Que Ali Penetraram (...) Eles Não Puderam Abster-Se De Notar, Que Deviam Necessariamente Haver Nesse Mundo Ignoto Muitos Homens Extraordinários, Visto Que Alguns Se Atreviam A Afrontar Verdadeiros Perigos Só Para Achar Pequenos Insetos, Detestados Nos Campos, E Plantas Boas Quando Muito Para As Vacas (Dénis, 1955: 335).

Seria, certamente, interessante saber que imagens os sertanejos construíram desses visitantes exóticos, assim como, é instigante constatar como esses perceberam aquela região e sua população. Os naturalistas, em particular, os estrangeiros, após percorrerem a exuberância da Mata Atlântica, definiram o Cerrado de maneira bastante negativa. Identificaram a vegetação típica do Sertão Mineiro como “florestas-anãs” (Saint-Hilaire e D’Orbigny), cujas árvores eram “enfezadas” (Pohl, Gardner e Saint-Hilaire), “esparças e raquíticas” ou “mirradas” (Saint-Hilaire).

Do ponto de vista humano, o Sertão Mineiro não é visto de forma diferente: muitas vezes, é designado em seus relatos como um “deserto”, com limites geográficos definidos:

O que é pois na realidade essa região chamada deserto, num país, que apresenta êle mesmo ainda, vastas solidões? O sertão de Minas (porque cada província tem o seu) ocupa pouco mais da metade desta grande região. Pôsto que assaz incertos sejam seus limites, o referido sertão se prolonga, pouco mais ou menos, desde o 13° até perto de 21° de latitude. Havendo abarcado, ao meio dia, uma pequena porção da comarca do Rio das Mortes, ao oriente abrange uma considerável parte dos distritos de Sabará e Serro-Frio; a oeste, toda a comarca de Paracatu, situada ao poente do rio São Francisco, se pode reputar como fazendo parte do sertão. - Por isso, como disse um viajante, não se deve entender que o sertão se limita só à província de Minas Gerais, prolonga-se até à Bahia (Dénis, 1955: 327/328).

Essa região, por suas características, difere, porém dos outros sertões (do Nordeste e do Centro Oeste) e, principalmente, do litoral e da região mineradora. Não era o fato de possuir uma população rarefeita, mas era a

ausência de civilização que tornava tal região um "deserto":

Quando percorri a parte oriental da Província de Minas, deixando-me conquistar pela hospitalidade de seus habitantes, por sua cortesia e inteligência, não tardei a me identificar com seus interesses e suas necessidades. Considerava-os como amigos, quase compatriotas. Nos sertões de Paracatu voltei a me tornar um estrangeiro. Desde Araxá (...) não creio ter encontrado uma única pessoa com a qual pudesse manter uma ligeira conversa. (...) Os rudes habitantes da região desértica (...) não conhecem nenhuma das comodidades às quais damos tanto valor, nem mesmo despendem o menor esforço para melhorar suas moradias. As casas em que vivem são pequenas e escuras, e mesmo nas fazendas um pouco mais prósperas, a que pertence ao dono da propriedade não se diferencia dos alojamentos dos escravos. A desordem é a característica dessas miseráveis habitações (...). (Saint-Hilaire, 1975b: 119)

Parte dessa ausência de civilização é atribuída a composição racial da população sertaneja, pois "só a mínima parte dos sertanejos é de origem europeia: a maioria consta de mulatos, na quarta ou quinta geração; outros são mestiços de índios com negros ou de europeus com índios" (Spix & Martius, 1981: 86). Também os fatores ambientais são apontados como contribuindo para o modo de vida rude do sertanejo: "Nessas regiões o isolamento líquida com a emulação, e o calor do clima convida à ociosidade. A inteligência deixa de funcionar, a cabeça não raciocina mais, e todos mergulham na mais lamentável apatia" (Saint-Hilaire, 1975b: 118). Com o tempo, o clima e a mestiçagem vão degenerando os traços de civilidade, mesmo entre os descendentes dos europeus:

A população da cidade (Paracatu) diminuiu sensivelmente, vendo-se ali apenas um pequeno número de indivíduos da raça branca, geralmente pouco abastados, aos quais o clima e a ociosidade fizeram perder o espírito empreendedor que havia animado seus ancestrais (Saint-Hilaire, 1975b: 148).

Essa gente, isolada e dominada pelas condições adversas do meio, aos olhos desses homens de ciência, se mostrava incapaz para aproveitar as riquezas naturais do Sertão Mineiro, tornando-se urgente a integração dessa região ao litoral e de lá ao mundo civilizado. Através de vias de comunicação mais rápida e meios de transporte mais eficientes, o progresso poderia alcançar aquelas brenhas e retirá-las do seu estado de milenar hibernação:

Estes três rios um dia valerão para o Estado grandes tesouros; por meio deles toda a Capitania de Minas Gerais pode manter uma viva comunicação com os portos marítimos; por cima de suas veias lastradas de barcos descerão os nossos metais, os nossos gêneros raros e esquisitos que a costa não produz e, por eles, subirão em troca as fazendas das manufaturas da Europa; a consumição se aumentará à proporção da abundância; tudo tomará novo vigor; cultivadores, mineiros, fabricantes de Portugal e as alfândegas e portos secos encherão os cofres do Estado: que tamanhos bens, que novas fontes de riquezas! E hoje, estes rios só servem de bebedouros a monstros feios e dispersos bandos de bárbara gente que habitam suas sombrias margens (Couto, 1994: 80).

Essa promessa de redenção do Sertão Mineiro ecoa desde então, ressoando com os apitos dos barcos a vapor e dos primeiros trens, que ali chegaram no final do século XIX; renova-se na marcha para o oeste; retumba na construção de Brasília e nos subsídios da SUDENE e se repete a cada novo grande projeto gestado nas mentes dos iluminados do poder. O que tais promessas sempre omitiram foi o valor daquela gente sertaneja, sua capacidade de viver e se reproduzir a partir dos recursos naturais daquela região e, sobretudo, a possibilidade de sua participação em desenhar os seus destinos, pois, afinal, ali só havia um "deserto".

BIBLIOGRAFIA

A) Documentos Manuscrito:

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

B) Livros e Publicações:

CARDOSO, Caetano José. Lista de varias plantas e seus productos medicinaes, indigenas da

Capitania de Minas Geraes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1902.

CASTELNAU, Francisco. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Belo

Horizonte: Itatiaia, 2000.

COUTO, José Vieira. Memória sobre as Minas da capitania de Minas Gerais. Suas descrições, ensaios e domicilios próprios. À Maneira de itinerário. (1801). *Revista do Arquivo*

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Viagens filosóficas ao sertão mineiro. *Anais do XIII Encontro Regional de História*, Belo Horizonte: ANPUH-MG: 139-154, 2002.

Público

Mineiro, X, 1905.

_____. *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DÉNIS, Fernando. *O Brasil*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:

Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

FREIREYSS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

MAWE, John. *Viagem no interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944.

OTTONI, José Eloi. Memória sobre o estado actual da Capitania de Minas Gerais. *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXX, 1908.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A investigação da natureza no Brasil colônia*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*.

Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975a.

_____. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:

Ed. da Universidade de São Paulo, 1975b.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no*

Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SPIX, Johann Baptist & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, vol.2, 1981.

TORRES, Luís José Godoes. Preccitos, que se devem guardar na colheita das plantas medicinaes,

que se houverem de tirar nesta capitania. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1902.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.